

Análise de práticas agrícolas alternativas: Estudo de casos do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica e Assentamento Peixe Cru

Lucas de Lima Fernandes Padoan¹

Resumo

Pretende-se aqui discutir as formas alternativas de se relacionar com a terra, colocando em contraste com a agricultura convencional, esta qual, incorporada ao capitalismo, vem absorvendo os recursos naturais em vista da maximização dos lucros a qualquer custo. Desse modo, conceituamos a prática agroecológica e o modelo de reprodução da agricultura familiar. Assim, ilustramos esse trabalho com dois casos que representam tais conceitos e nos evidenciam a possibilidade de obter uma relação com a terra de modo que o sistema capitalista não o devore totalmente, promovendo uma manutenção, tanto do grupo que ali reside, quanto do meio ambiente de maneira geral.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Agroecologia; Práticas alternativas.

Abstract

Here we discuss alternative ways of relating to the land, putting in contrast to conventional agriculture, which this idea embodied capitalism has incorporated the natural resources in view of maximizing profit at any cost. Thus, we conceptualize agroecological practice and model reproduction of family farming. Thus, this work illustrated with two cases that represent these concepts and show us the possibility to get a relationship with the land so that the capitalist system does not completely gobble, promoting maintenance of both the group that resides there, as the environment in general.

Keywords: Family farming; Agroecology; Alternative practices.

¹ Graduando em Ciências Socioambientais pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. E-mail: <lpadoan2@hotmail.com>

Introdução

Pretende-se discutir aqui a suma importância de práticas sustentáveis e economicamente viáveis, como por exemplo a agricultura familiar e a agroecologia. De tal modo, definindo ambos os conceitos, evidenciando suas relações com a terra e suas formas de apropriação, corroborando com seu caráter transformador na sociedade moderna.

Para começarmos a compreender o surgimento da agroecologia em si, devemos primeiramente entender os fatos históricos que possibilitaram o surgimento dessa prática, também conhecida como uma ciência ou por um movimento.

A princípio é preciso aceitar o fato de que a agricultura moderna é marcada pela irracionalidade do homem para com o meio ambiente, ou seja, é definida pela agressão do solo, contaminação dos lençóis freáticos, instabilidade e fortes modificações nas teias alimentares e assim por diante. Todas essas características são advindas de um processo que se teve início na década de 70, chamada de Revolução Verde, trazendo aos agricultores novas máquinas, técnicas de cultivo e novos produtos químicos e industriais para a intensificação do cultivo.

A Revolução Verde trouxe não só implicações no que se refere à forma de uso do meio ambiente, mas também consequências drásticas as populações do campo, onde muitas foram empurradas para as cidades em função da substituição do homem pela máquina, que gera não só o desemprego, mas a ocupação desordenada e sem planejamento nas grandes cidades brasileiras.

Iremos conceituar ambas as técnicas, indicando as principais características que as determinam e consolidam. Compararemos com outros métodos banhados por tecnologias e produtos químico-industriais, explicitando, principalmente, suas diferenças e objetivos como práticas agrícolas.

Em síntese, objetivamos expor como as práticas estudadas podem ser consideradas transformadoras em meio à sociedade rural e urbana, indicando também as dinâmicas entre o campo e a cidade, evidenciando duas espacialidades distintas e complementares. Para tanto, evidenciaremos dois estudos de caso que ilustram essa realidade.

Metodologia

Esse trabalho é resultado de um processo metodológico dividido em cinco etapas, onde (i) buscamos na literatura dados para realizar um levantamento histórico acerca da emergência da agricultura; (ii) buscamos uma forma de sintetizar a agricultura familiar como um modelo de reprodução social e a agroecologia como prática, movimento e ciência (iii) e, por fim, (iv) realizar um estudo de caso relacionando comunidades e/ou organizações que adotam tais modelos.

Nesse sentido, pontuamos algumas reflexões sobre a problemática do campo, perpassando o processo de produção alimentícia e a luta pela significação do espaço, visto que tratamos de um país marcado pela segregação das minorias e garantia dos direitos da elite.

Resultados e discussões

a) Raízes da agricultura

Levando em consideração a obra de Paulo Oliveira (1989), “Notas sobre agricultura através do tempo”, é possível traçarmos o desenvolvimento das práticas agrícola a partir do domínio do ambiente pelo ser humano ao longo do tempo.

Ao falarmos de agricultura, deve-se ater ao fato de que se discute um fenômeno relativamente recente, a qual surgiu e vem sendo manipulada há aproximadamente 10.000 anos, enquanto, a título de comparação, a existência do homem é estimada em 1.000.000 de anos. Desse modo, sugere-se que a emergência da agricultura é oriunda da necessidade do homem (do caçador-coletor), de modo geral, em manejar o cultivo. Não podemos afirmar que essa atividade veio de uma transformação brutal, mas sim lenta e gradual.

A emergência da agricultura como prática social, dentre os vários motivos, está a necessidade de introduzir os cereais na dieta alimentar, possibilitando a existência de uma nova economia produtora de alimentos; a confecção de materiais e ferramentas apropriadas; a sedentariedade possibilitada pela agricultura; a criação de animais para o consumo provindo dessa mesma ideia de sedentariedade, fazendo com que a caça se tornasse uma prática desnecessária. Tais conjuntos de características podem significar os principais motivos pelos quais sucederam o surgimento da agricultura e a pecuária.

Ressalta-se a importância da Revolução Neolítica para a agricultura, com a possibilidade de confecção de ferramentas que viabilizam o cultivo e a criação de animais, tornando-se possível trocar uma vida dinâmica como caçador itinerante e dar continuidade a uma vida sedentária e fixa em uma região, proporcionada pela agricultura e pecuária.

Esse consumo de cereais, provindo da agricultura, permitiu um maior crescimento populacional, aumentando a busca por terrenos agricultáveis para alimentar toda a população. Em caso de escassez de terras produtivas, uma crise se instalava no antigo sistema agrário, levando a guerras entre comunidades e famílias ou a migração dos remanescentes.

Com o aumento populacional e a busca por novas terras para a manutenção da nova economia produtora de alimentos, inicia-se a derrubada manual e queimada de árvores para o cultivo em larga escala. Como os instrumentos utilizados eram rudimentares, a utilização do fogo passou a ser mais adotada como medida para limpar uma floresta, seguido da derrubada, viabilizando a terra para a agricultura, pois o fogo limpava rapidamente o espaço e aumentava a fertilidade da terra em função da biomassa vegetal queimada e das cinzas acumuladas sobre a superfície do solo. Com o intenso manejo do fogo para auxiliar na agricultura, adotou-se um sistema de sucessão cultural associado à rotação de terras que após alguns anos de cultivo, tornava-se necessário um tempo de pousio de aproximadamente 38 anos para cada dois anos cultivados.

O crescimento demográfico implicou necessariamente na falta de alimentos e novas falhas no sistema de cultivo. Como alternativa, para evitar a crise, o homem passou a procurar novas áreas e outros estratos naturais para buscar biomassa, provocando mais alterações e desequilíbrios no meio. Entretanto, mesmo assim o denominado Sistema Agrário de Florestas entrou em crise, pois houve uma pesada diminuição no ciclo natural e um aumento excessivo de indivíduos.

Ao longo do tempo novas técnicas foram surgindo e melhorando a atividade agrícola. Em função da degradação florestal, nas terras mediterrâneas surge o sistema agrário com pousio auxiliado pela tração animal, o qual foi utilizado por toda a Europa até o século XIX, proporcionando o desenvolvimento de novos instrumentos e ferramentas de trabalhos até as primeiras décadas do século XIX, ocorrendo a primeira revolução agrícola contemporânea.

Passou-se a utilizar leguminosas no lugar do pousio, pois assim facilitava a fixação do nitrogênio e ainda servia de alimento para os animais utilizados na tração. Novas técnicas de fertilidade além das leguminosas foram introduzidas também, entre elas a utilização de

esterco animal e, por fim, cabe dizer aqui que a introdução do artesanato trouxe inestimáveis melhorias, para a época, em suas ferramentas e instrumentos de tração animal. Oliveira (1989) revela que em poucos decênios houve um incrível aumento nas manufaturas e duplicação na diversificação da produção vegetal e animal, diminuindo gradativamente a fome e as doenças.

Com a revolução industrial proporcionando avanços tecnológicos no século XX, a agricultura se vê hoje mecanizada e permeada por adubo e fertilizantes químicos, uma vez que observa-se o surgimento de novas máquinas e tratores, colheitadeiras, produção de ração animal, pesticidas e dentre outros. Dessa forma a agricultura ganha um novo caráter com o surgimento de latifúndios e monoculturas, visto que intensifica-se a degradação do meio ambiente com novas técnicas e tecnologias danosas ao solo, expondo-o a processos erosivos, promovendo a retirada da cobertura vegetal, levando a poluição de cursos e reservatórios d'água. Tudo faz parte de um sistema agroexportador, a agroindústria, práticas que prevalecem hoje no Brasil.

b) Definindo agroecologia

A partir de uma perspectiva histórica, pode-se dizer que a agricultura foi um fator importante e decisivo para promover a manutenção do crescimento populacional na metade do século XX, uma vez que a mesma teve de acompanhá-la. O auge da produção se deve, principalmente, aos avanços científicos no processo de produção, que incluem o desenvolvimento de novas variedades de plantas e novas técnicas de produção com o auxílio de fertilizantes e inseticidas.

O termo “Agroecologia” passou a ser empregado de forma efetiva, a partir de 1970, quando agrônomos passaram a observar a importância da ecologia nos sistemas agrícolas. Entretanto, passou a ser difundida e considerada como uma ciência aplicada à agricultura só a partir da década de 80.

Pode ser compreendida em três segmentos distintos, como ciência, movimento e prática. Ao defini-la a partir da ideia de ciência (ou disciplina científica), a agroecologia apresenta um conjunto conceitual para os estudos e sistemas agrários, de caráter multidisciplinar, permitindo a introdução da noção de sustentabilidade (ALTIERI, 1999).

Conceituando perante a ideia de prática, devemos entender como uma aplicação direta das ideias difundidas, estabelecendo uma nova relação entre a sociedade e a terra, levando em consideração, principalmente, o saber popular e tradicional impregnados em comunidades. A proposta principal dessas práticas está na oposição do agronegócio e, sobretudo, provar que é possível garantir uma vida saudável com produtos orgânicos e sem nenhum insumo químico. Assim, pode-se dizer que as práticas agroecológicas podem ser consideradas uma resistência da agricultura familiar dentre os pequenos proprietários para com o agronegócio.

A agroecologia em si, é uma abordagem provinda da agricultura que se baseia nas dinâmicas naturais, dentre elas a sucessão ecológica, permitindo a manutenção da fertilidade do solo, admitindo assim o cultivo sem o uso de agrotóxicos ou fertilizantes químicos. Posto isso, é sempre importante lembrar de sua conexão com o saber das comunidades tradicionais, uma vez que o conhecimento da terra transmitido de geração em geração se faz de extrema importância (LEFF, 2006).

Dentre as diversas práticas agroecológicas, visando a qualidade de vida perante uma atividade economicamente viável, a compostagem e o controle biológico estão presentes como atividades paralelas ao uso intensivo de produtos químico-industriais e a utilização de outros meios e ferramentas danosas ao meio ambiente.

Já como movimento, pode-se dizer que observa-se cada vez mais uma estruturação social da agroecologia com o surgimento de diversas entidades, organizações e mobilizações sociais visando à popularização dessas práticas já citadas.

Ao falarmos em agroecologia e saber tradicional, sempre poderemos atrelar comunidades indígenas e camponesas tradicionais, já que possui uma relação totalmente distinta com terra da lógica capitalista. Esses povos possuem uma afinidade de comunhão com a terra, uma relação de dependência e necessidades, portanto, sendo preciso manter as práticas tradicionais disseminadas em suas comunidades.

A validação do paradigma da Agroecologia não se produz conforme as regras da produção científica convencional, mas através da experiência dos saberes práticos. São conhecimentos que se afeiram à terra conduzido por saberes individuais dos produtores diretos. Neste sentido, deveríamos falar, sobretudo, de "saberes agroecológicos", que envolvam o sujeito do conhecimento, como nos tempos dos saberes tradicionais, em que a vida cotidiana e produtiva estava arraigada nas artes e ofícios, na maestria própria da execução de práticas guiadas por regras, mas onde a criatividade individual não estava submissa a um mecanismo tecnológico e científico imposto de cima e de fora do âmbito dos modos de vida das pessoas (Leff, 2002, p. 44).

Desse modo, a agroecologia não é só uma caixa de ferramentas ecológicas a ser aplicadas, leva-se em conta questões culturais e comunitárias enraizadas nos agricultores para o sucesso do método (LEFF, 2002). As práticas agroecológicas estão sempre adaptadas ao meio ou localidade de inserção da comunidade, conciliando-se com todas as condicionantes geográficas, climáticas e ambientais, entretanto, hoje, essas limitações estão cada vez menores em função da emergência de novas tecnologias, do surgimento do transgênico (o qual ainda nem sabemos suas implicações para a saúde humana), a utilização de produtos químicos para a transformação e adaptação do solo a determinados tipos de cultivos, e, por fim, a mecanização de atividades anteriormente aplicadas por braços humanos.

A agroecologia, portanto, surge de um conjunto de conhecimentos, técnicas e saberes que assumem princípios ecológicos e mantém valores culturais embasados nas práticas agrícolas (LEFF, 2002). Observa-se, no entanto, que, com o passar do tempo essas práticas cruas, com o advindo da tecnologia e da necessidade de um crescimento econômico exagerado, foram "capitalizadas" e sofreram com um processo de transformação que hoje chamamos de agronegócio.

Dessa forma, nos resta entender todo o processo de organização da agroecologia, a contraposição ao agronegócio e a um sistema agroexportador, visando à introdução de ideias sustentáveis em uma sociedade que, em sua grande maioria, se encontra inerte às questões que envolvem o futuro da humanidade em meio a uma crise ambiental.

c) Agricultura familiar

Ao começarmos a discutir sobre agricultura familiar, primeiramente, devemos conceituar o termo: "Agricultura familiar é aquela em que a família assume o trabalho no estabelecimento produtivo, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção" (Wanderley, 1997, p. 25).

Já para a Food and Agriculture Organization (FAO) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a agricultura familiar pode ser definida pela administração da propriedade feita pela família residente, que o trabalho em sua maior parte seja desempenhado por membros da família e que os fatores de produção estejam na mão da família.

No geral, agricultura familiar pode ser definida pela produção agrícola de uma família, onde a força de trabalho é composta pelos próprios membros do núcleo familiar. A produção é destinada principalmente à subsistência, no entanto, pode haver parcelas da produção destinada ao mercado envolvente.

Nesse sentido, afirmamos que a economia se baseia na produção para o autoconsumo, onde o excedente é utilizado, via inserção no mercado envolvente (ou não), para adquirir tudo aquilo que não é possível produzir nas próprias terras. Assim, conceituamos que a autonomia é um fator extremamente importante dentro da, já citada, lógica camponesa. Quanto mais inseridos no mercado envolvente, menos autônomos em relação a sua produção os agricultores se tornam.

A reprodução da agricultura familiar está nos pequenos agricultores, nas pequenas propriedades que, no Brasil, representam estatisticamente o maior número de imóveis, entretanto, os latifúndios apesar de serem relativamente poucos, ocupam a maior área do país, indicando a concentração fundiária presente desde a colonização do país (NEY & HOFFMANN, 2010).

A agricultura familiar se manifesta, principalmente, dentre os pequenos produtores citados, sendo geralmente aquele que reside na zona rural com uma posse de gleba rural de no máximo 50 hectares, sendo que a família constitui a maior parte da mão-de-obra, admitindo-se a contratação de terceiros, geralmente não excedendo mais de três funcionários.

Dessa forma, pode-se dizer que existe um traço marcante entre a propriedade e o agricultor familiar, a noção de pertencimento ainda está muito presente. Geralmente é nesse mesmo local onde viveram antepassados e constituíram a família por gerações, atribuindo ao local uma simbologia e um sentimento de posse, identidade e principalmente, como já citado, o pertencimento. Assim como pode ser observado por Silva e Mendes (2010, p.3).

Assim, a agricultura familiar trata-se de um segmento que preserva até onde pode, os seus costumes e valores, práticas, saberes e crenças. São costumes relacionados ao trabalho, ao convívio social, às relações sociais, à religiosidade e à fé que, por sua vez, se constituem e se traduzem por meio de práticas, hábitos e símbolos, muitos deles dogmatizados e sacralizados que se reproduzem e se mantêm de geração em geração por meio da cultura, constituindo suas identidades.

Os pequenos proprietários e agricultores familiares são invisíveis para a sociedade urbana, sofrem com o preconceito e são classificados como antiquados, ou seja, são constantemente colocados à margem da sociedade “moderna”, são expelidos pelo sistema capitalista e, ao mesmo tempo, são obrigados a servi-lo como produtor de alimentos. São os pequenos produtores que abastecem os grandes centros urbanos com sua produção. São eles que oferecem alimentos para os mercados, sacolões, feiras semanais e supermercados. Estatisticamente falando, são os agricultores familiares que colaboram com cerca de 60% dos alimentos consumidos nos grandes centros urbanos do Brasil. Segundo o Censo Agropecuário em 2006, o agricultor familiar é responsável pela produção de 87% da produção nacional da mandioca, 70% de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo. Já na pecuária o agricultor familiar é responsável por 60% do leite, 59% da carne suína, 50% das aves e 30% da carne bovina. No geral, acredita-se que a agricultura familiar represente cerca de 37,8% do valor bruto da produção agropecuária.

A modernização agroindustrial tem dado novas características e transformado pequenas unidades familiares, principalmente na Região Sul do país. Os produtores que não se integraram à modernização agroindustrial buscaram novas alternativas para continuar a reproduzir seu meio de vida. Um exemplo dessas “resistências” são os assentamentos ou até a migração inversa (MEDEIROS, 2007, p.04-06).

Entretanto, essa prática vem enfrentando diversos problemas no que se refere a políticas públicas e planejamento, seja em nível municipal, estadual, federal, ou até mesmo em nível regional. Assim como expressa Alberto Portugal, diretor presidente da Embrapa, em um artigo publicado na revista *Agroanalysis*:

O desafio é maior se for considerada a diversidade de situações. Quando se analisa o cenário em que se insere a agricultura familiar observa-se que os problemas são diferentes para cada região, estado ou município. No Norte há dificuldades de comercialização pela distância dos mercados consumidores e esgotamento da terra nas áreas de produção. No Nordeste são minifúndios inviáveis economicamente. No Sudeste é a exigência em qualidade e saudabilidade dos produtos por parte dos consumidores. No Sul é a concorrência externa de produtos do Mercosul (PORTUGAL, 2004).

A agricultura familiar, no final das contas é marcada por crenças, práticas tradicionais, valores morais e éticos, simbologias e sentimentos de identificação e pertencimento, provando que o agricultor familiar é a base, é um dos fomentadores da economia brasileira, acabando com a ideia de atraso que constantemente é vinculado injustamente.

d) Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica

O Centro de Agricultura Alternativa é uma organização não governamental sem fins lucrativos que surgiu em 1994 por uma mobilização de agricultores a partir de uma organização no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Turmalina, em Minas Gerais.

Essa mobilização veio com o objetivo de colocar em discussão formas alternativas e viáveis de agricultura familiar dentro a região do Vale do Jequitinhonha, sem desconsiderar qualquer fator cultural, social, político, econômico ou ambiental, colocando sempre em evidência o agricultor como ator proativo do processo.

O Centro de Agricultura atua de diversas formas em mais de 35 municípios, seja no baixo, médio ou alto Jequitinhonha. Propõe e aplica a ideia da sustentabilidade e promove a preservação ambiental através de programas de recuperação de áreas degradadas e preservação de áreas ameaçadas, como nascentes. Também atua no âmbito social, desenvolvendo programas que promovem o acesso a água potável, auxilia na produção agroecológica, fomenta a economia local através da economia solidária, realiza intervenções a favor da educação do campo e tenta extinguir as diferenças de gênero enraizadas culturalmente no campo.

Para conseguir a abrangência que hoje o programa possui, o CAV sempre buscou estar envolvido nos problemas em cada município em que atua ou pretende atuar, buscando parcerias, inclusive, com as prefeituras municipais, como uma alternativa de tentar influenciar nas políticas públicas das regiões em que estão presentes.

No Programa Gestão dos Recursos Hídricos, o CAV atua juntamente com as comunidades beneficiadas visando à conservação, recuperação e a viabilização do acesso aos recursos hídricos. É de grande importância para o Centro democratizar o acesso a água, tanto para o consumo quanto para fins domésticos ou produtivos, ampliando, dessa forma, o conhecimento e a independência dos agricultores.

Dentro do programa de gestão de recursos hídricos, ocorre uma mobilização das comunidades para pesquisar e identificar as potencialidades e dificuldades na atuação, ocorrendo, inclusive, projetos de capacitação dessas comunidades. Sendo assim, ocorrem mutirões para o cercamento de nascente, visando sua proteção; disseminam a construção de cisternas e placas dentro da tecnologia difundida pela ASA (Articulação do Semiárido Brasileiro); promovem a construção de barragens e bacias de contenção de água da chuva e,

por fim, realizam o monitoramento das atividades pelos técnicos do CAV em conjunto com as populações de cada comunidade.

Adjacente ao Programa de Gestão dos Recursos Hídricos existe o Programa Guarda Chuva, funcionando como um instrumento de promover a cidadania das famílias agricultoras no Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas por meio da mobilização social, trabalhando com ações que aumenta sua abrangência e facilita a convivência no semiárido. O projeto já garantiu a construção de cerca de duas mil cisternas para captação de água da chuva, garantindo além da construção, a capacitação para o gerenciamento desse recurso.

Na sede do CAV ocorrem encontros e programas de capacitação ao agricultor, oferecendo-lhe instrução no que se refere a novas técnicas de produção agroecológicas. Essa capacitação não é feita somente para agricultores das localidades, mas também para estudantes que pretendem aprimorar os estudos e ver na prática o que é repassado adiante como uma técnica sustentável e economicamente favorável ao produtor.

Como forma de incentivar as práticas agroecológicas e movimentar a economia local, o CAV apoia as Feiras Livres, buscando uma melhor organização, melhores condições de vida no campo e uma melhor produção e comercialização desses produtos. Através das feiras livres, os agricultores conseguem ter uma base mais sólida, conseguem gerar, através da economia solidária, um retorno mais lucrativo, permitindo melhorias na condição de vida e de trabalho, pois as feiras acabam funcionando como uma organização, comprando insumos orgânicos em conjunto, melhorando o transporte local e o espaço em si.

A agroecologia se encontra presente nas práticas disseminadas pelo CAV, além de promoverem programas e apoiarem projetos que não só disseminam mas, incentivam. Dessa forma, observa-se a grande importância da agroecologia para a vida dos agricultores familiares da região do Vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas, melhorando a qualidade de vida sem passar por cima de valores culturais, sociais ou políticos.

e) Assentamento Peixe Cru

O assentamento consiste em uma comunidade que se viu obrigada a se retirar a força de sua residência original, em Peixe Cru, Minas Gerais. O local onde gerações de familiares cresceram e viveram, hoje, se vê inundada por uma barragem para a construção de uma hidrelétrica.

O governo se responsabilizou pela retirada, transporte dos moradores e acomodação enquanto o assentamento não estivesse pronto. Nem todos os habitantes foram levados de forma pacífica, alguns foram retirados nos últimos instantes, sendo obrigados a sair às pressas e colocados em grandes grupos dentro apartamentos alugados pelo governo para esperar o término da construção das novas moradias.

Por mais abusivo que seja as decisões e ações do governo em relação a essas comunidades, pode-se dizer que em grande parte houve cumprimento do acordo realizado para com os moradores. O assentamento foi projetado com a mesma essência das moradias antigas, tudo que estava presente no local anterior, foi proporcionado no assentamento. A única reivindicação que não foi cumprida por parte do governo foi a elaboração e construção de uma estrada que viabilizaria a passagens dos moradores do assentamento ao cemitério da antiga comunidade, parte qual não foi atingida e situa-se enterrado os antecedentes dos moradores. Nesse sentido, evidencia-se uma relação íntima com o espaço, com o lugar vivido, a importância do local onde nasceu pais e avós, a importância física do espaço onde cada indivíduo cresceu e viveu, ou seja, a simbologia que é atribuída ao espaço.

Os moradores, na época que residiam à antiga comunidade, viviam, em sua grande maioria, da produção agrícola de base familiar, onde era plantado o suficiente para garantir a subsistência. Hoje, essa comunidade também reproduz a agricultura de base familiar no assentamento, entretanto, com certas diferenças no terreno que os impossibilitam de cultivar alguns alimentos que eram cultivados na antiga comunidade. Além do cultivo para a subsistência, há também o plantio de eucalipto, oriunda de um acordo feito com o governo, o qual cedeu as sementes e recursos para garantir o cultivo, além de fornecer água e energia para a comunidade.

Atenta-se a agricultura familiar como meio de subsistir, como forma de se reproduzir no espaço. É comum observa-la em comunidades como a do atual assentamento Peixe Cru. Não podemos dizer que o reassentamento foi um completo sucesso, pois além do desrespeito com a comunidade pelo uso da autoridade, como citado no início, há todo o impacto negativo social, cultural e econômico com a comunidade que ficará marcada em sua história, de forma incalculável e irreversível.

Conclusões

Analizamos todo o processo de surgimento e consolidação da agricultura e suas práticas. Observamos que o seu caráter transformador, independentemente de que forma é aplicada, está continuamente ligada à história da humanidade como um todo.

Podemos dizer que a agricultura, no geral, se associa de forma inevitável e intrínseca a qualquer sociedade, de tal modo, essa relação com a terra acaba trazendo também conflitos. O que inicialmente originou-se como uma atividade precisamente para a subsistência como forma de se atingir um estado de afluência, hoje, pode ser colocado como uma atividade econômica, visando o lucro para o reinvestimento do capital, se analisado da ótica do agronegócio.

Visto os exemplos citados ao longo do trabalho, é necessário pensarmos na viabilidade de uma transição ecológica, questionando a possibilidade de transitar de um método agressivo e regado a produtos químico-industriais, para um modelo de base ecológica. Não há dúvidas quanto as vantagens e desvantagens de cada modelo, no entanto, entendemos que a viabilidade desse processo ainda é vista como algo utópico, uma vez que estamos inseridos em uma sociedade capitalista pautada na geração de lucros. Como atravessar a bancada rural com iniciativas e mobilizações sociais? É nesse meio que insere-se questões polêmicas ligadas a conflitos rurais e o campo.

Observamos os estudos de caso aqui relatados como uma iniciativa e exemplo de como é possível obter uma relação com a terra de modo que o sistema capitalista não o devore totalmente, promovendo uma manutenção, tanto do grupo que ali reside, quanto do meio ambiente de maneira geral.

Por fim, sabe-se que atualmente existem muitas iniciativas populares, a sociedade já vem se organizando com as ideias a fim de promover práticas sustentáveis no campo e, inclusive, em meio urbano. Desse modo, conclui-se que não se trata de falta de iniciativas populares, mas sim de políticas públicas eficientes que privilegiem a agricultura familiar e a prática da agroecologia.

Referências bibliográficas

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável. 1ª Ed. Montevideo. Editora Nordan Comunidad, 1999

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>> Acesso em:
08/06/2012.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.,Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002.

LEFF, Enrique. A Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2006.

MEDEIROS, R. M. V., A produção familiar e suas diferentes formas de representação. Abordagens teóricas em geografia agrária. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

NEY, Marlon Gomes; HOFFMANN, Rodolfo. Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília , v. 47, n. 1, Mar. 2009

OLIVEIRA, H. B., Paulo. Notas sobre agricultura através do tempo. FASE, pg. 03-75. Rio de Janeiro. 1989.

PORTUGAL, Alberto. O desafio da agricultura familiar. Embrapa. Disponível em: <
<http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>> Acesso em:
06/06/2012.

SILVA, Juniele. MENDES, Estevane. Agricultura familiar e cultura: identidades e territorialidades. Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: XX Encontro Anual da Anpocs. GT 17, Processos sociais e Agrários. Caxambu, MG. Outubro, 1996.